

Regulamento

Artigo 1.º **Âmbito**

O presente documento estabelece as normas de funcionamento da Loja Solidária da SocioHabitaFunchal, estabelecendo-se como medida de apoio aos inquilinos da Câmara Municipal do Funchal. Constitui-se com uma natureza flexível e deve ser actualizado e reajustado às necessidades locais quando assim se justificar.

Artigo 2.º **Objectivos**

A Loja Solidária tem como principais objectivos:

- Promover a melhoria das condições de vida e conforto às famílias residentes nos empreendimentos da Habitação Social do Município do Funchal em situação de maior vulnerabilidade social, cedendo bens de primeira necessidade tais como, vestuário, e outros equipamentos necessários ao conforto das mesmas;
- Potenciar o envolvimento da sociedade civil e empresarial na doação de bens, fomentando o espírito de solidariedade civil e de responsabilidade social;
- Proceder à recuperação e reutilização dos artigos doados ou recolhidos junto de diversas instituições ou cedidas por particulares;
- Incentivar e dinamizar o voluntariado social, a fim de apoiar as actividades e os vários projectos a desenvolver na Loja Solidária.

Artigo 3.º **Competências**

São competências da Loja Solidária:

- a) Garantir a eficácia e eficiência da resposta social;
- b) Assegurar o bem-estar dos beneficiários e o respeito pela sua dignidade, promovendo a participação do voluntariado social, na dinâmica da Loja Solidária;

- c) Garantir que os bens são atribuídos aos beneficiários nas melhores condições de higiene e utilização, devendo para tal ser realizada uma triagem aos bens recebidos;
- d) Articular com os técnicos do Departamento de Gestão Social da SocioHabitaFunchal dos empreendimentos, os quais deverão efectuar o levantamento das necessidades assim como encaminhar as famílias para a Loja Solidária;
- e) Elaborar os critérios de admissão dos beneficiários, definindo prioridades, de modo a garantir a eficácia da resposta social;
- f) Organizar processos individuais por agregado familiar, e respectivo relatório social;

Artigo 4.º

Localização

A Loja Solidária funcionará no Conjunto Habitacional da Quinta Falcão Bloco C R/C e com armazém no Conjunto Habitacional do Santo Amaro.

Artigo 5.º

Organização e Coordenação

A organização e coordenação da Loja Solidária são da competência da SocioHabitaFunchal.

Artigo 6.º

Tipo de bens

1- Para a prossecução dos seus fins, a Loja Solidária vai dispor de bens e produtos doados por particulares e outras entidades com a finalidade de serem reutilizados/recuperados, e posteriormente entregues às famílias em boas condições de higiene e/ou utilização, designadamente:

- a) Vestuário;
- b) Calçado;
- c) Acessórios;
- d) Têxteis;

- e) Electrodomésticos;
- f) Mobiliário;
- g) Brinquedos;
- h) Livros;
- i) Alimentos;
- j) Outros bens.

2- Os bens e serviços da Loja Solidária serão disponibilizados aos beneficiários, alguns a título gratuito e outros a um preço simbólico, consoante as necessidades diagnosticadas pelos técnicos das instituições.

Artigo 7.º **Tratamento dos bens cedidos**

- 1- Os responsáveis por assegurar o funcionamento da Loja Solidária terão como funções:
 - a) Receber e fazer a triagem dos bens;
 - b) Recuperar e reutilizar os bens em piores condições;
 - c) Registar o material doado;
 - d) Atender os utentes da Loja, disponibilizando o material de acordo com a ficha de registo prévio de necessidades e proceder ao registo do material cedido;
 - e) Os técnicos responsáveis deverão orientar estas tarefas, havendo necessidade de uma regular supervisão e acompanhamento. Deverão igualmente garantir o contacto e articulação com os vários técnicos da SocioHabitaFunchal.

Artigo 8.º **Critério de Admissão à Loja Social**

- 1- São beneficiários da Loja Solidária, os indivíduos que revelem vulnerabilidade económica e social identificados pelos técnicos do Departamento de Gestão Social da SHF.
- 2- Os beneficiários identificados pela entidade supracitada podem deslocar-se à Loja Solidária, mediante a entrega de uma ficha de sinalização elaborada pela SHF. Todas as saídas de bens deverão ser devidamente identificadas.

Artigo 9.º

CrITÉrios de Razoabilidade

- 1- Os beneficiários da Loja Solidária podem usufruir da mesma com justificação efetuada por um Técnico da Área Social;
- 2- Para que os beneficiários possam ser continuamente apoiados, deverá ser realizado um plano pessoal tendo em conta as necessidades do beneficiário e seu agregado familiar.

Artigo 10.º

Obrigações dos beneficiários

Constituem obrigações dos beneficiários da Loja Solidária:

- 1- Fornecer aos técnicos da área social da SHF toda a informação solicitada no âmbito da análise socio-económica do agregado familiar, assim como informar sobre qualquer alteração verificada na situação do mesmo;
- 2- Os artigos cedidos / alugados / vendidos pela Loja Solidária são para benefício dos utentes, não podendo ser vendidos a terceiros, pelos mesmos sob pena de cessação do apoio;
- 3- Cumprir na íntegra os acordos estabelecidos com a entidade orientadora.

Artigo 11.º

Cessação de apoio

É da competência dos técnicos da área social da SHF envolvidos no acompanhamento dos utentes beneficiários da Loja Solidária, o cancelamento imediato do apoio ou acesso à mesma, no caso de incumprimento das regras estabelecidas no artigo nº10.

Artigo 12.º

Campanha de angariação

- 1- No âmbito da sua dinâmica, a Loja Solidária deve, a qualquer momento, promover campanhas de angariação de bens, junto de empresas públicas e privadas e da comunidade em geral;
- 2- Pode ainda, em qualquer altura, receber bens doados diretamente à Loja Solidária;

- 3- Todos os bens doados à Loja Solidária serão inventariados;
- 4- As entidades doadoras de bens à Loja Solidária passarão a constar de uma base de dados com a finalidade de receberem informações sobre todas as dinâmicas desenvolvidas na Loja Social

Artigo 13.º

Afixação de documentos

É da responsabilidade da Loja Solidária, a afixação, em local visível ao público, dos seguintes documentos:

- a) Horário de funcionamento;
- b) Normas de funcionamento;
- c) Identificação dos voluntários mediante autorização dos mesmos.

Artigo 14.º

Avaliação

A Loja Solidária deve proceder a uma avaliação trimestral, de modo a analisar o seu fluxo de funcionamento.

Artigo 15.º

Dúvidas e Omissões

Todas as dúvidas ou omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento serão analisadas e consideradas pelos Técnicos afectos à Loja Solidária e/ou pela SocioHabitaFunchal.